

A Organização do Tratado do Atlântico Norte e a expansão do capitalismo ocidental

94

Caio Bugiato¹

Jordana de Castro Santos Almeida²

Resumo

A eclosão da guerra na Ucrânia e o apoio ocidental ao Estado ucraniano trouxeram à baila o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na política internacional, assunto debatido na imprensa e nos meios de comunicação, nas universidades, nos Estados e nas organizações internacionais. Em avaliações apressadas, o argumento que surge é que a guerra, particularmente o governo russo de Vladimir Putin, fez a OTAN renascer, pois ela não tinha mais razão de existir diante da derrota e da dissolução da URSS. Assim, neste artigo nosso objetivo é demonstrar que OTAN sempre teve razão de existir para cumprir a função que lhe foi designada pelas potências ocidentais: eliminar política e militarmente os obstáculos à expansão do capitalismo ocidental. Pois se configura como uma organização internacional político-militar vinculada às potências capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, com seus sócios menores europeus, portanto uma organização que contém na sua dinâmica um caráter expansionista. Logo, nosso objeto é a OTAN em seu tratado fundador, organização institucional, conceitos estratégicos, reuniões de cúpula, expansão geopolítica, parcerias e operações militares.

Palavras-chave: OTAN. Capitalismo. Expansão.

¹ Docente de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | bugiato@gmail.com

² Discente de Relações Internacionais Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | jordana.csa@hotmail.com



Resumen

El estallido de la guerra en Ucrania y el apoyo occidental al Estado ucraniano han sacado a relucir el papel de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en la política internacional, un tema debatido en la prensa y los medios de comunicación, en las universidades, en los Estados y en las organizaciones internacionales. En apreciaciones apresuradas, se argumenta que la guerra, y en particular el gobierno ruso de Vladimir Putin, ha dado un nuevo impulso a la OTAN, que ya no tenía razón de ser ante la derrota y disolución de la URSS. Nuestro objetivo en este artículo es, por tanto, demostrar que la OTAN siempre ha tenido una razón de ser para cumplir la función que le asignaron las potencias occidentales: eliminar política y militarmente los obstáculos a la expansión del capitalismo occidental. Por ser una organización política y militar internacional vinculada a las potencias capitalistas lideradas por Estados Unidos, con sus socios europeos más pequeños, es una organización cuya dinámica es expansionista. Nuestro tema es, por lo tanto, la OTAN en lo que respecta a su tratado fundacional, su organización institucional, sus conceptos estratégicos, sus cumbres, su expansión geopolítica, sus asociaciones y sus operaciones militares.

Palabras clave: OTAN. Capitalismo. Expansión.

Abstract

The outbreak of war in Ukraine and Western support for the Ukrainian state have brought up the role of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) in international politics, a subject debated in the press and media, in universities, in states, and in international organizations. In hasty assessments, the argument that emerges is that the war, particularly the Russian administration of Vladimir Putin, has given NATO a new reason of life, since it no longer had any reason to exist in the face of the defeat and dissolution of the USSR. Our aim in this article is therefore to demonstrate that NATO has always had a reason to exist in order to fulfill the function assigned to it by the Western powers: to eliminate politically and militarily obstacles to the expansion of Western capitalism. Because it is an international political and military organization linked to the capitalist powers led by the United States, with its smaller European partners, it is an organization whose dynamic is expansionist. So, our object is NATO in its founding treaty, institutional organization, strategic concepts, summit meetings, geopolitical expansion, partnerships, and military operations.

Keywords: NATO. Capitalism. Expansion.

Introdução

O capitalismo é um modo de produção expansivo fundamentado na acumulação de capital, cujos processos extrapolam fronteiras e derrubam obstáculos em busca de valorização. Intelectuais de diferentes referenciais teóricos reconhecem esse fenômeno, como Harvey (2013), Huntington (2010) e Brzezinski (1997), da perspectiva da (geo)economia política, da cultura



política e da geopolítica, respectivamente. No âmbito do pensamento crítico das Ciências Sociais, Gowan destaca, como ele mesmo diz, “cinco aspectos da dinâmica social do capitalismo internacional que tiveram uma forte influência nos conflitos internacionais dentro das relações internacionais capitalistas” (Gowan, 2013, p. 35). Primeiro, o impulso veementemente expansionista do modo de acumulação capitalista. Segundo, a tendência dos principais centros capitalistas a gerar ordens mundiais constituídas por esferas hegemônicas, nas quais são incapazes de estabelecer normas jurídicas que regulem as relações entre eles. Terceiro, a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo internacional, o que significa a divisão mundial entre centros ricos e poderosos e periferias fracas e pobres. Quarto, e contradizendo parcialmente essa tendência anterior, a propensão ao surgimento de novos centros de crescimento no capitalismo internacional. E, quinto, as tendências do capitalismo internacional para choques, crises e transformações, nas quais as potencialidades da guerra são exacerbadas pela intensificação das interações do sistema interestatal. Nessa mesma linha de análise e especificamente sobre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Wargan (2023) relaciona a criação e as atividades desta à expansão do capitalismo dos Estados Unidos da América (EUA) após a Segunda Guerra Mundial para reconstruir a Europa à sua imagem e semelhança e atacar a enfraquecida União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Para Wagan, a OTAN é a face militar da expansão do capitalismo estadunidense e parte de um projeto de hegemonia mundial, seja no período do capitalismo fordista até os anos de 1970, seja no ulterior e atual capitalismo neoliberal. “Dessa forma, a missão expansionista da OTAN é inseparável do cancerígeno avanço do modelo neoliberal de globalização, que recrudescer nos Estados-membros da OTAN como uma condição de permanente exploração” (Wargan, 2023, s/p.).

O objeto de análise deste artigo é a OTAN em seu tratado fundador, organização institucional, conceitos estratégicos, reuniões de cúpula, expansão geopolítica, parcerias e operações militares. Nossa hipótese é que a OTAN é uma organização internacional político-militar vinculada ao capitalismo ocidental liderado pelos Estados Unidos, com seus sócios menores europeus, portanto uma organização que contém na sua dinâmica um caráter expansionista. A eclosão da guerra na Ucrânia e o apoio ocidental ao Estado ucraniano trouxeram à baila o papel da Organização na política internacional, assunto debatido na imprensa e nos meios de comunicação,



nas universidades, nos Estados e nas organizações internacionais. Em avaliações apressadas, o argumento que surge³ é que a guerra, particularmente o governo russo de Vladimir Putin, fez a OTAN renascer, pois ela não tinha mais razão de existir diante da derrota e da dissolução da URSS. Assim, nosso objetivo é demonstrar que OTAN sempre teve razão de existir para cumprir a função que lhe foi designada pelas potências ocidentais: eliminar política e militarmente os obstáculos à expansão do capitalismo ocidental.

O texto a seguir está dividido em três seções mais as considerações finais. Na primeira seção avaliamos o tratado fundador da OTAN, o *Tratado de Washington* de 1949, bem como sua organização institucional. Na segunda, avaliamos seus conceitos estratégicos, suas reuniões de cúpula e sua expansão geopolítica para a Europa Oriental. Na terceira, suas parcerias para além da região do Atlântico Norte e suas principais operações militares: na Iugoslávia nos anos de 1990, no Afeganistão entre 2001 e 2021 e na Líbia em 2011. Todas as referências sobre a Organização são de documentos não sigilosos disponibilizados em sua página institucional na internet (www.nato.int).

Porém, antes de tratar do nosso objeto, vamos fazer uma observação teórica importante para o desenvolvimento da nossa argumentação. Segundo a teoria liberal das Relações Internacionais, a referência aqui é um dos seus grandes expoentes Michael Doyle (1983a, 1983b e 2005), as relações internacionais potencialmente conflituosas podem ser convertidas em um sistema de Estados pacífico, por meio da promoção em âmbito mundial do livre mercado, da democracia liberal, do respeito ao Estado de direito e aos direitos humanos e da construção de organizações internacionais colaborativas. Os Estados que têm esses elementos superam suas propensões aos conflitos e criam uma ordem internacional liberal de cooperação e paz. Por outro lado, os Estados que não têm esses elementos, o que os tornaria autocráticos e agressivos, estão propensos aos conflitos e a atacar os Estados liberais. Logo, a solução para essa tensão é promover os elementos liberais nos Estados não liberais, levá-los a eles de modo que a ordem internacional seja de cooperação e paz. Na nossa avaliação crítica da teoria liberal, os elementos liberais anunciados por ela são constitutivos da economia, da sociedade, do Estado e das relações internacionais capitalistas, indicando que o capitalismo é um não-problema para ela. Quando esse

³Sobre tal argumentação, ver Ferraro, 2022a, 2022b, 2022c e 2023.



Liberalismo considera tais elementos superiores e sua promoção benéfica para formar um estado de harmonia universal entre os povos, vemos nisso a própria expansão desse modo de produção, em muitos casos com o uso da força militar, que beneficia uma minoria e pouco ou nada tem que ver com direitos humanos.

1. O tratado fundador e a organização institucional.

98

Ao abordar o tratado fundador e a organização institucional da OTAN, julgamos necessário contextualizar seu surgimento. Os trabalhos de Leo Panitch e Sam Gindin (2004, 2005 e 2012) demonstram que a Europa em ruínas após Segunda Guerra Mundial foi reconstruída com um projeto hegemônico do capitalismo estadunidense, de proporções mundiais. As intervenções econômicas, políticas e ideológicas dos Estados Unidos fizeram dos Estados centro-ocidentais do Velho Continente sócios menores de uma empreitada conduzida pela potência capitalista norte-americana. Os pesados investimentos estadunidenses reconstruíram e colocaram a Europa em determinadas condições, mediante as quais se tornaram potências de segundo escalão, hegemônicas pela potência maior, e formaram uma comunidade de poderosos Estados e economias capitalistas na região do Atlântico Norte. Em termos políticos, é possível resumir tal projeto para os europeus em cinco pontos. Primeiro, evitar que um projeto de poder dominasse a Europa e possivelmente se opusesse ou rivalizasse com o projeto de Washington. Segundo, assegurar estabilidade econômica, política, militar e territorial com um amplo processo de cooperação entre os Estados nacionais (dividir para governar, mas sem guerra). Terceiro, estabelecer integração e coordenação entre as forças armadas dos países, de modo que houvesse certo controle sobre elas. Quarto, afastar qualquer possibilidade de partidos socialistas e comunistas governarem os Estados. Quinto, combater a suposta ameaça de expansão da União Soviética. A história do século XX e a atualidade do século XXI mostram que o projeto foi bem sucedido, ao ponto dos autores citados falarem em canadização da Europa (Panitch e Gindin, 2004). E com um olhar mais aprofundado podemos ver que a reconstrução da Europa teve como força motriz a expansão do capitalismo estadunidense, em direção à hegemonia mundial.

Passemos à criação da OTAN. Após a Segunda Guerra Mundial os governos de Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França e Reino Unido assinaram



em Bruxelas em 17 de março de 1948 o Tratado de Colaboração Econômica, Social e Cultural e de Defesa Coletiva, em uma tentativa de cooperação mútua para reorganizar seus Estados nacionais. A União Ocidental, criada pelo Tratado de Bruxelas, previa assistência militar mútua em caso de ataque a um dos membros. Entretanto, a Organização foi interceptada pelo governo dos Estados Unidos, que, na conjuntura de reconstrução europeia patrocinada por Washington, iniciou negociações para projetar uma nova associação mais ampla que envolvesse os países do Atlântico Norte. Assim, em uma cerimônia no dia 4 de abril de 1949 em Washington D.C. foi assinado por doze países o Tratado do Atlântico Norte, também conhecido como *Tratado de Washington*, que criou a Organização do Tratado do Atlântico Norte. O Tratado entrou em vigor em 24 de abril do mesmo ano, com a ratificação dos Estados signatários: Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Itália, Noruega, Dinamarca e Islândia.

A OTAN está fundamentada em um acordo de defesa coletiva: um ataque a um ou mais de seus membros é considerado um ataque a todos. Como afirma o artigo 5º do Tratado:

As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1949, s/p.).



É importante notar que de acordo com a segunda parte do artigo a OTAN pode tomar providências fora do âmbito do Conselho de Segurança da ONU e que as medidas tomadas por este não necessariamente submetem as providências daquela, as quais podem se manter para, como visto, restaurar e manter paz e segurança. Outro ponto importante do Tratado é o artigo precedente, número 4, que relativiza o ataque aos membros, de modo que o auxílio militar mútuo não seja uma condição imperiosa: “As Partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das Partes” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1949, s/p.).

Mais alguns pontos do Tratado merecem destaque. Apesar de estabelecer a possibilidade de revisão após dez anos de vigência e de denúncia após vinte anos, o texto não prevê sua extinção. Pelo contrário, a Organização está aberta a adesões, para Estados que cumpram critérios de localização geográfica (região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer), capacidade de defesa coletiva e identificação ideológica. Todos os Estados-membros devem aprovar a adesão por unanimidade. Ademais, ressaltamos que o texto apresenta uma concentração de controle nos governos dos EUA, quando versa sobre ratificação, adesão, denúncia e entrada em vigor, pois esses procedimentos passam primeiramente por Washington, que então informa os demais membros.

Figura 1. Principais órgãos da organização institucional atual da OTAN



Elaboração própria. Fonte: Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024a.



O Tratado menciona simplesmente a criação de um Conselho, no qual todos os membros estão representados, pode se reunir rapidamente para analisar assuntos de interesse da Organização e pode criar órgãos auxiliares. Esse dispositivo permitiu um alto desenvolvimento institucional, cuja adaptação acontece de acordo com a conjuntura.

Cada membro da OTAN tem uma delegação em sua sede, atualmente em Bruxelas. A delegação tem um status semelhante ao de uma embaixada. Ela é chefiada por um "embaixador", também chamado de representante permanente, que age de acordo com as orientações de seu Estado e presta contas às autoridades nacionais.

As delegações variam de tamanho e são compostas principalmente por funcionários públicos dos ministérios das relações exteriores e da defesa. Os principais órgãos civis da OTAN são o Conselho do Atlântico Norte e o Secretariado-geral. O Conselho do Atlântico Norte, criado pelo Tratado de 1949, é o principal órgão de tomada de decisões políticas da OTAN, autoridade máxima na rede de comitês e onde são aprovados dos documentos estratégicos. Cada país membro tem um assento, reúne-se pelo menos uma vez por semana ou sempre que houver necessidade e é presidido pelo Secretário-Geral. As discussões Conselho se baseiam em relatórios e recomendações preparados por comitês subordinados e as decisões são tomadas por unanimidade. O Secretário-Geral é o principal funcionário da Organização, responsável por conduzir o processo de tomada de decisões e garantir que sejam implementadas. Ele preside a maioria dos comitês e também é o principal porta-voz da OTAN. É o chefe da equipe de funcionários (*International Staff*) que lhe assessora e fornece apoio administrativo às delegações nacionais na sede. O Secretário-Geral é uma figura política sênior de um Estado-membro, indicado no Conselho para um mandato de quatro anos. A seleção é realizada por meio de consultas diplomáticas informais, que apresentam candidatos. No final do mandato o titular pode ser convidado a permanecer no cargo. O principal órgão militar é o Comitê Militar, responsável por converter as decisões políticas em operações militares. É a autoridade militar máxima e tão antiga quanto o Conselho, pois ambos foram formados meses após a criação da OTAN. É composto pelos ministros da defesa dos membros e seu órgão executivo é o Estado-Maior Internacional. É a principal fonte de aconselhamento militar para o Conselho, além de orientar os dois Comandos subordinados, o Comando Aliado de Operações e o Comando Aliado de Transformação. O



primeiro é encarregado do planejamento e da execução de todas as operações. Ele consiste em um pequeno número de quartéis-generais estabelecidos permanentemente, cada um com uma função específica. O segundo analisa o contexto militar futuro e realiza planejamento de defesa e de desenvolvimento de capacidades militares, com o intuito de obter vantagem de combate. Vale ressaltar que a OTAN não tem forças militares próprias. Quando o Conselho lança uma operação, os membros contribuem voluntariamente com forças militares, que retornam a seus países após a conclusão.

Ainda, destacamos que o texto apresenta uma cláusula implícita, que aparece no seu preâmbulo. Uma espécie de cláusula ideológica por meio da qual a Organização pretende defender (e em outros documentos pesquisados aparece que ela pretende promover) a *"liberdade, herança comum e civilização dos seus povos, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito"* (*Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1949, s/p.*). *A partir da crítica à teoria liberal das Relações Internacionais, esses princípios ganham os seguintes significados. Primeiro, são princípios abstratos que não especificam conteúdos – qual tipo de democracia?; quais direitos individuais?; qual caráter desse direito? – ficam ao sabor das interpretações. Segundo, são princípios identificados com o Liberalismo, que normaliza o capitalismo como estado natural da vida humana, em que a democracia liberal e a economia de mercado são instituições superiores, a liberdade está voltada para os indivíduos das classes dominantes e o direito é aquele inegalitário que favorece suas atividades. Terceiro, de acordo com os liberais harmonia e paz nas relações internacionais seriam alcançadas quando todos os Estados tivessem tais princípios, o que formaria um sistema cooperativo e estável. Para que esse sistema não fosse ameaçado por Estados que não seguissem esses princípios, seria necessário levá-los a eles, se for o caso através de guerras justas. Em outras palavras, a expansão do capitalismo significaria harmonia e paz nas relações internacionais. Consideramos importante retomar essa crítica, pois tal cláusula ideológica aparece em vários documentos da OTAN, assim como na prática de suas atividades.*

Por fim, em uma análise mais geral do documento, o *Tratado de Washington* indica apenas um possível ataque armado ou fatores que afetem a paz e a segurança dos Estados, sem identificar um inimigo em particular. Contudo, além do contexto visto anteriormente, outros aspectos revelam



quem era o inimigo a ser combatido e a direção político-ideológica da OTAN em seus primórdios. Em 1946 nos EUA o ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill, que havia perdido a eleição de 1945 para os trabalhistas, proferiu o discurso sobre a cortina de ferro que dividiu a Europa. Para ele enquanto a Europa Ocidental estava no caminho do mundo livre, a Europa Oriental estava sob as ameaças agressivas dos soviéticos. Churchill se tornou novamente primeiro-ministro em 1951. A doutrina de política externa do governo Truman⁴ (1945-1953), fundador principal da OTAN, também consistia em dividir o mundo em dois sistemas: os governos livres e democráticos e os totalitários e comunistas; e estes deveriam ser combatidos com auxílio vindo do exterior, dos EUA. Essa foi a diretriz das políticas externas e de segurança de Washington por décadas, que não só abrangeu a criação da OTAN, mas igualmente o Plano Marshall, as intervenções na Coreia e no Vietnã e outras medidas. E em 1949 primeiro Secretário-Geral da OTAN, Lord Ismay, afirmou que o objetivo da organização era "manter os soviéticos fora, os americanos dentro e os alemães por baixo" (*Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024b, s/p.*). Recordamos que, de acordo com Hobsbawm (1998), a URSS após a guerra estava significativamente debilitada para ter qualquer condição de expansão. Contudo, dada sua vitória sobre Berlim, a libertação da Europa ocidental do nazismo e a pujança demonstrada em anos anteriores, era um grande obstáculo para o projeto hegemônico dos EUA. O autor ainda adverte que qualquer que fosse o sistema político da Rússia - czarista, capitalista, socialista - a Guerra Fria seria inevitável porque

⁴ Tal doutrina teve com base a estratégia da contenção formulada por George Kennan (1947 e 1951), um diplomata estadunidense na URSS. Em seus telegramas a Washington (um deles foi publicado como artigo em revista acadêmica, *The sources of soviet conduct*) e em suas publicações nos EUA, Kennan supunha que a URSS seria inimiga do Ocidente e que a "ideologia comunista" seria um sistema de pensamento antagônico ao "mundo livre". Uma política externa de longo prazo, firme e vigilante deveria combater o expansionismo das ideias soviéticas e corresponder às manobras da política da URSS, caso contrário muitos países seriam seduzidos e rendidos pelo comunismo. Para Kennan o perigo seria muito mais ideológico do que militar. O papel dos EUA seria oferecer ajuda financeira a eles, de modo que se tornassem mercado consumidor em potencial ou ponto geográfico estratégico para a prosperidade do capitalismo estadunidense. Kennan esteve na coordenação do Plano Marshall, contudo criticou a criação da Otan, porque na sua visão a URSS não pretendia realizar ataques militares. A ameaça seria a revolução socialista, a mobilização de grupos sociais internos que almejavam implantar ditaduras nacionais no interior dos países, sobretudo europeus, inspirados pelos soviéticos.



se tratava mais dos EUA do que da URSS⁵. Acrescentamos, tratava-se de expansão do capitalismo coordenado pelos norte-americanos.

2. Conceitos estratégicos, reuniões de cúpula e expansão geopolítica.

A OTAN define de tempos em tempos o que ela chama de conceito estratégico, um conjunto de documentos (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022a) que reafirmam a natureza e o propósito da Organização e indicam seus inimigos, suas tarefas e suas adaptações diante da conjuntura atual. Durante a Guerra Fria a OTAN criou quatro conceitos estratégicos, o primeiro entre 1949-1950, o segundo entre 1952-1955, o terceiro em 1967 e o quarto entre 1968-1969, nos contextos do próprio nascimento da Organização, da guerra na Coreia, das crises no Canal de Suez e na Hungria e da saída de França do Estado-Maior Internacional⁶, respectivamente. Os principais pontos desses conceitos são destacados a seguir

Primeiro ponto, os documentos estratégicos da época da fundação já reafirmaram os princípios do *Tratado de Washington* – e assim seguem durante o período – e enfatizaram a cláusula ideológica: proteger a

⁵ Como demonstra a pesquisa de Brites (2012), a política externa na URSS até a Segunda Guerra foi defensiva, pois o Estado tinha como objetivo a industrialização acelerada e integrada e a criação de condições materiais de defesa, em caso de invasão do território e guerras. Após 1945, A URSS implementou uma política externa reativa, diante das pressões ocidentais durante a Guerra Fria, e nesse contexto procurou estabelecer aliados e parcerias principalmente no chamado Terceiro Mundo. Sobre o início da Guerra Fria, Deuterão (1969, p. 15-16) acrescenta: “era esse colosso (o russo) sangrante, quase aniquilado, que se supunha criar uma grande ameaça militar para a Europa. Essa nação que perdera 20 milhões de homens apenas em mortos – imaginem quantos dos 31 milhões de homens que ficaram vivos eram os aleijados e inválidos e feridos da guerra mundial, e quantos os velhos – essa nação com um deficit tão tremendo e tão enorme em sua população, essa nação da qual toda uma geração estava perdida, supunha-se que essa nação ameaçasse a Europa com uma invasão! No entanto, qualquer perito em estatística de população poderia ter contado o número de anos que a Rússia levaria para preencher essas lacunas em sua força humana de trabalho”.

⁶ Em 1966 a França se retirou do órgão executivo do Comitê Militar, só retornando em 2009. O episódio pode ser interpretado como legado do nacionalismo do ex-presidente francês Charle de Gaulle, que governou o país entre 1944 e 1946 e 1959 e 1969. O Gaullismo se opunha, em certa medida, à política externa do EUA e a intromissão estrangeira em assuntos nacionais.



liberdade, com base nos princípios da democracia, da liberdade individual e do Estado de Direito; promover estabilidade e bem-estar na região do Atlântico Norte; e promover esforços para defesa coletiva e para a preservação da paz e da segurança. Segundo ponto, todos os conceitos durante a Guerra Fria indicaram a expansão soviética como a grande ameaça para a região. O segundo conceito estratégico, por exemplo, enfatizou a tarefa da OTAN de "assegurar a defesa da área da OTAN e destruir a vontade e a capacidade da União Soviética e de seus satélites de fazer guerra" (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1952. p. 10). Terceiro ponto, a partir do segundo conceito estratégico apareceu uma diretriz, mas que já estava em discussão anteriormente, que é necessidade de alargamento da Organização. Nesse sentido, Grécia e Turquia em 1952 e Alemanha Ocidental em 1955 se tornaram membros. Quarto ponto, também a partir do segundo conceito estratégico os documentos enfatizaram a necessidade de maior uso de armas nucleares e estabeleceram a integração da política nuclear na estratégia da OTAN, por iniciativa dos EUA⁷.

O terceiro conceito estratégico (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957a) foi o ápice do desenvolvimento de diretrizes, no contexto das crises no Canal de Suez e na Hungria em 1956 (o quarto conceito reafirma os demais). Ele estabeleceu o que a OTAN chama de doutrina da retaliação massiva, isto é, o uso de armas nucleares contra os inimigos, o que também reduziria os gastos com defesa. Ela trouxe consigo um grau de flexibilidade ou o conceito de guerra limitada, pois o recurso a armas convencionais foi previsto para lidar com formas menores de agressão, sem necessariamente recorrer a armas nucleares. Mas essa flexibilidade não se aplicava a URSS; os documentos não previam em relação a ela o conceito de guerra limitada: "Se os soviéticos estivessem envolvidos em uma ação local hostil e tentassem ampliar o escopo de tal incidente ou prolongá-lo, a situação exigiria a utilização de todas as armas e forças à disposição da OTAN, já que em nenhum caso existe um conceito de guerra limitada com os soviéticos" (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957a, p. 11). Igualmente os documentos versavam sobre os efeitos das atividades políticas e econômicas soviéticas fora da área da OTAN: "Embora o planejamento de defesa da

⁷ A OTAN criou então o Grupo de Planejamento que tem o mesmo status que o Conselho do Atlântico Norte na organização institucional e trata de questões políticas específicas associadas às armas nucleares (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022b).



OTAN seja limitado à defesa da área do Tratado, é necessário levar em conta os perigos que podem surgir para a OTAN devido a acontecimentos fora dessa área” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957a, p. 12).

A derrota e a dissolução URSS no início dos anos de 1990 forçaram a OTAN a rever seus conceitos estratégicos. O novo período foi marcado por parcerias e adesões de Estados que foram membros ou da zona de influência da URSS e novas ameaças – estatais e não estatais, o que levou a Organização a reformular concepções em quatro momentos: 1991, 1999, 2010 e 2022, no contexto da derrota da URSS, da derrota da Iugoslávia, da ascensão do terrorismo como ameaça global (ainda que tardiamente) e da guerra na Ucrânia, respectivamente. Embora novas ameaças tenham sido mencionadas – com ênfase no terrorismo –, como proliferação de mísseis balísticos e armas nucleares, ataques cibernéticos e problemas ambientais fundamentais, os três primeiros conceitos estratégicos trouxeram em seus documentos a questão da expansão da OTAN, como no documento/conceito de 1999, artigo 39:

A Aliança permanece aberta a novos membros ao abrigo do Artigo 10 do Tratado de Washington. Espera estender novos convites nos próximos anos às nações dispostas e capazes de assumir as responsabilidades e obrigações da adesão, e à medida que a OTAN determina que a inclusão destas nações serviria os interesses políticos e estratégicos globais da Aliança, reforçaria a sua eficácia e coesão e reforçar a segurança e a estabilidade europeias em geral. Para este efeito, a OTAN estabeleceu um programa de atividades para ajudar os países aspirantes nos seus preparativos para uma possível futura adesão, no contexto do seu relacionamento mais amplo com eles. Nenhum país democrático europeu cuja admissão cumpra os objetivos do Tratado será excluído da consideração (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1999, s/p.).

Em suma, os conceitos estratégicos da Guerra Fria podem ser sintetizados em expansão dos valores liberais, expansão da OTAN, combate à ameaça soviética e uso de armas nucleares. Após a Guerra Fria o que muda significativamente é a ameaça e a preocupação com armas nucleares perde a centralidade na URSS, mas o projeto expansionista se mantém. O conceito estratégico de 2022, diante da guerra na Ucrânia, retoma os anteriores, menciona as novas ameaças, porém afirma nominalmente Rússia e China



como inimigos. Para a OTAN “as ambições declaradas e as políticas coercivas da República Popular da China desafiam os nossos interesses, segurança e valores” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022, p. 14), assim como “A Federação Russa é a ameaça mais significativa e direta à segurança dos aliados e à paz e estabilidade na área euro-atlântica” (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022, p. 13).

A OTAN realiza periodicamente reuniões de cúpula⁸ em que participam chefes de Estado e de governo, diferentemente das reuniões normais do Conselho do Atlântico Norte. Contudo, a cúpula é a reunião do Conselho em seu nível superior, pois conta justamente com a presença dos líderes dos países-membros. São sempre realizadas em um país-membro da OTAN e são presididas pelo Secretário-Geral. Foram 33 cúpulas realizadas até hoje: Paris 1957, Bruxelas 1974 e 1975, Londres 1977, Washington 1978, Bonn 1982, Bruxelas 1985, 1988, maio de 1989 e dezembro de 1989, Londres 1990, Roma 1991, Bruxelas 1994, Paris 1997, Madrid 1997, Washington 1999, Roma 2002, Praga 2002, Istambul 2004, Bruxelas 2005, Riga 2006, Bucareste 2008, Estrasburgo e Kehl 2009, Lisboa 2010, Chicago 2012, Newport 2014, Varsóvia 2016, Bruxelas 2019 e 2021, cúpula virtual em 2022, Bruxelas 2022, Madrid 2022 e Vilnius 2023. Elas marcam a entrada de novos países membros, ajustes de estratégias ou a adoção de novas políticas, posicionamentos e cursos de ação. Estas reuniões não são necessariamente anuais, mas se realizam com maior ou menor frequência de acordo com o contexto internacional e seus efeitos nos interesses da organização. Em geral a linha política das cúpulas segue os conceitos estratégicos apresentados.

A primeira cúpula, realizada em Paris em 1957, aconteceu oito anos após a fundação da Organização. Esta primeira reunião buscava reafirmar a necessidade da cooperação econômica entre os países-membros, que no momento correspondiam a 15 membros, seus 12 fundadores mais Grécia, Turquia e Alemanha Ocidental. Já nessa ocasião a OTAN discutia uso militar da energia nuclear e o desarmamento de outros Estados concomitantes à busca por estabelecer estoques de ogivas nucleares e mísseis balísticos para si. O documento oficial (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1957b) que resultou desta primeira cúpula atribuiu à política expansionista da URSS a principal motivação de sua existência e salientou que suas atividades, enquanto organização, desmotivariam a violência do inimigo, pois seguiam

⁸As descrições das reuniões e as declarações finais de cada cúpula se encontram na página da Organização: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50115.htm
Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



política de um ataque a um significa um ataque a todos. O documento também destacou a necessidade da expansão dos valores liberais como forma de alcançar a paz, em discurso alinhado à teoria liberal das Relações Internacionais, como vimos. Para além das fronteiras dos membros ou de seu principal adversário, já havia interesse em áreas como a África e o Oriente Médio por parte da Organização, que anunciava uma postura que se efetivaria posteriormente, com veemência, a política de portas abertas da OTAN, o que significa expandir sua presença direta ou indiretamente para além do Atlântico Norte. O outro lado dessa política é expansão a Organização com a adesão de novos Estados europeus. Essa primeira cúpula em Paris foi importante, porque ela já demonstrava em seu documento oficial final as diretrizes mencionadas: expansão dos valores liberais, expansão da OTAN, combate à ameaça soviética e uso de armas nucleares. As outras cúpulas durante a Guerra Fria reafirmaram o que foi estabelecido em 1957. Ressaltamos que na cúpula de Bonn em 1982 foi oficialmente anunciada a adesão da Espanha.

As cúpulas de Bruxelas, maio e dezembro de 1989, de Londres em 1990 e de Roma 1991 (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024c) foram marcadas pela queda do muro de Berlim e pela derrota da URSS. A partir deste marco, foi necessário que a Organização revisse o papel que desempenhava até então, diante do novo contexto internacional que já não incluía claramente um inimigo comum dos membros, mas em seu lugar novas ameaças. Nesse sentido a cúpula de Londres buscou definir como se reformulariam estas relações com os países do Leste europeu, até então parte da zona de influência, quando não do próprio território soviético. No ano seguinte, em Roma, foi lançado o novo conceito estratégico da OTAN (o conceito de 1991), que buscava reajustar a OTAN à nova conjuntura das relações internacionais, além da *Declaração de Paz e Cooperação de Roma* (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1991). Estes documentos salientavam, além da manutenção da capacidade militar e da própria instituição, que a partir de então reforçariam diálogo, cooperação e parceria, elementos para uma nova expansão – mais uma vez alicerçada em ideais liberais:

Temos incentivado consistentemente o desenvolvimento da democracia na União Soviética e em outros países da Europa Central e Oriental. Portanto, aplaudimos o compromisso desses países com a reforma política e econômica após a rejeição do



regime comunista totalitário por seus povos. [...] Apoiaremos todas as medidas tomadas pelos países da Europa Central e Oriental em direção à reforma e daremos assistência prática para ajudá-los a ter sucesso nessa difícil transição. Isso se baseia em nossa convicção de que nossa própria segurança está inseparavelmente ligada à de todos os outros países da Europa. A Aliança pode ajudar a promover um senso de segurança e confiança nesses países, fortalecendo assim sua capacidade de cumprir seus compromissos com a CSCE e tornar a mudança democrática irrevogável. [...] Nosso extenso programa de visitas de alto nível, trocas de opiniões sobre segurança e outras questões relacionadas, contatos militares intensificados e trocas de conhecimentos em diversos campos demonstrou seu valor e contribuiu muito para a construção de um novo relacionamento entre a OTAN e esses países. Esse é um processo dinâmico: o crescimento das instituições democráticas em toda a Europa Central e Oriental e o incentivo às experiências de cooperação, bem como o desejo desses países de estreitar os laços, exigem agora que nossas relações sejam ampliadas, intensificadas e elevadas a um nível qualitativamente novo (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1991, s/p.).

Essa expansão manifestada na *Declaração de Roma*, além de colocar em pauta nas cúpulas dos anos 90 a intervenção militar na Iugoslávia, chegou à Rússia. Na cúpula de Paris em 1997 foi assinado o *Ato Fundador sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a Rússia e a OTAN* (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1997a), documento que estabeleceu o Conselho Conjunto Permanente entre as duas partes e afirmou que ambas já não se configuravam como inimigas⁹. Em Madrid no mesmo ano foi anunciada que a política de portas abertas da OTAN mirava novos membros entre os países que faziam parte da URSS (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1997b.). Além disso, foi assinada nesta cúpula a

⁹ O governo russo de Boris Yeltsin (1991-1999) adotou uma política externa pró-ocidental de cooperação com os Estados Unidos, o que permitiu o Ocidente a enfraquecer o Estado sistematicamente. Na economia o governo Yeltsin introduziu a chamada “terapia de choque” para estabelecer rapidamente uma plena economia capitalista, com a adoção de políticas neoliberais (Mazat e Serrano, 2012). Ver também Segrillo, 2024.



Carta sobre uma Parceria Distinta entre a OTAN e a Ucrânia que considerava “independência, integridade territorial e soberania ucraniana são fatores chave para a estabilidade na Europa” e saudavam a abertura do Gabinete de Informação da OTAN em Kiev (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 1997c, s/p.). Em 1999, como resultado da política de portas abertas já citada, uma nova leva de países aderiu à Organização: Chéquia, Hungria e Polônia. Cinco anos depois na cúpula de 2004, sete novos membros foram anunciados: Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

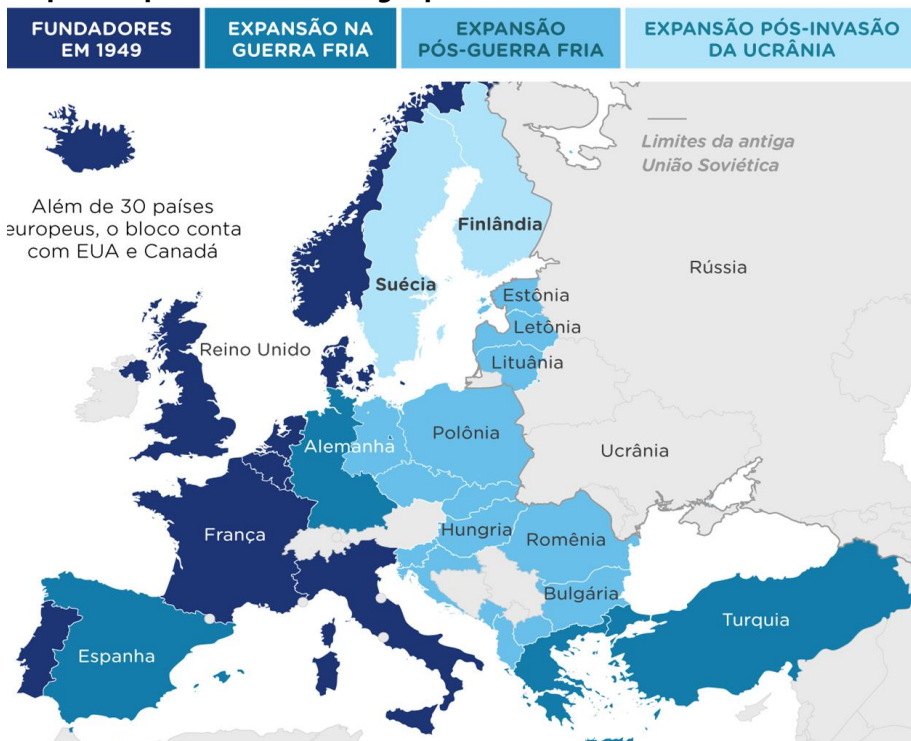
A expansão da OTAN e a intervenção militar na Iugoslávia culminaram na adesão de países dos Balcãs: Albânia e Croácia em 2009, Montenegro em 2014 e Macedônia do Norte em 2020. A nova visão da OTAN após a Guerra Fria sobre quais seriam as ameaças contemporâneas, a formalização do fim das hostilidades com a Rússia e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA direcionaram as atividades de Organização para o combate ao terrorismo, especialmente para o Afeganistão, palco de nova intervenção militar.

A despeito da continuidade, como planejamento estratégico e como operação militar, de uma guerra ao terror no país do Oriente Médio, em 2014 as atenções se voltaram para Rússia, já sob o governo de Vladimir Putin, que anexou a Crimeia (território ucraniano) nesse ano. O problema russo passou a ganhar mais, ou a mesma, importância do que o terrorismo e em 2022 a cúpula extraordinária virtual, convocada por conta da invasão russa ao território ucraniano, foi unânime em sua condenação da Rússia e apoio à Ucrânia (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2022c). Inclusive a OTAN passou a recalcular planos de longo prazo para focar suas atenções o que foi considerado o maior ataque à segurança europeia em décadas. Estes novos fatos já foram considerados no conceito estratégico de 2022.

A guerra na Ucrânia impulsionou uma nova expansão da OTAN: Finlândia em 2023 e Suécia em 2024. O mapa abaixo mostra a expansão histórica e geopolítica da Organização.



Mapa 1. Expansão histórica e geopolítica da OTAN



Elaboração: Hemerly e Zanlorenssi (2024). Fonte: Organização do Tratado do Atlântico Norte (2024a).

Na cúpula de 2023 em Vilnius a Rússia voltou a se tornar inimigo central da OTAN, agora ao lado do terrorismo. Em relação à Ucrânia, foi acordada uma ajuda plurianual e confirmada a intenção da Organização de adicionar o país à sua lista de membros. Esta adesão, contudo, não teve data prevista por considerar o princípio de defesa mútua contida no artigo cinco do Tratado de Washington que rege a OTAN, que, nesse contexto, significaria uma guerra generalizada dos países membros contra a Rússia, algo catastrófico não só para as partes envolvidas. Ainda em Vilnius, foram levantadas preocupações com a China, tanto pelo seu avanço econômico e pelo seu desenvolvimento militar, quanto pelos indícios de apoio à Rússia, ainda que não diretamente (Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2023).



3. OTAN global e intervenções militares.

Entendemos que a OTAN não promove apenas sua expansão por meio de adesões formais de novos Estados-membros à instituição, mas igualmente procura ter presença e operar, direta ou indiretamente, em regiões fora do Atlântico Norte, formando uma espécie de OTAN global. A seguir relatamos as principais iniciativas nesse sentido, o que a Organização denomina parcerias.

112

Sua pretensão global é longeva. Durante a Guerra Fria, em 1954 foi criada a *The Southeast Asia Treaty Organization* (SEATO), uma organização planejada para ser uma versão asiática da OTAN. Era composta por oito membros: Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Grã-Bretanha, Estados Unidos; e três observadores: Vietnã, Laos e Camboja. As forças armadas de cada um de seus membros seriam coordenadas para defender os países signatários diante da URSS e da China. Em 1955 foi criada a *Central Treaty Organization* (CENTO) por iniciativa dos EUA. Seus membros eram Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido. Formava-se uma ofensiva contra Moscou e Pequim com a OTAN no Ocidente, a SEATO na Ásia e a CENTO no Oriente Médio. Contudo, a SEATO acabou em 1977, com derrota dos EUA no Vietnã, e a CENTO foi dissolvida em 1979, com Revolução Iraniana.

Na década de 1990 a OTAN repaginou sua pretensão global com iniciativas para fazer gravitar aliados em sua órbita, que estão vigentes até hoje (Bertazzo, 2010). São lançados programas como a Parceria Para a Paz (PPP) em 1994, voltada para países da região do Atlântico Norte ainda não membros. O programa visa principalmente os países da antiga URSS. Conta com Armênia, Azerbaidjão, Belarus, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Áustria, Irlanda, Malta, Suécia e Suíça. Todas as adesões de novos membros a partir de 1994 foram feitas no âmbito da PPP¹⁰. O Diálogo do Mediterrâneo, também lançado em 1994, reúne a OTAN

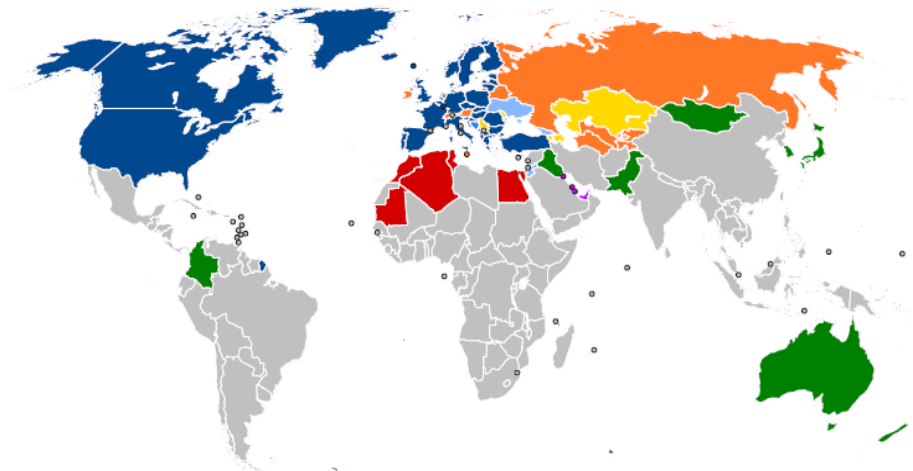
¹⁰ Cruz recorda que o governo Clinton nessa época era uma grande entusiasta (e operador) da expansão da OTAN. “quando Bill Clinton se reuniu com os chefes de Estado da Europa Central, em Praga, no dia 12 de janeiro de 1994, a decisão já estava tomada. Na coletiva de imprensa que se seguiu ao encontro, o presidente dos Estados Unidos abordou nestes termos o tema de interesse central para todos ali. ‘Deixe-me ser absolutamente claro: a segurança de seus estados é importante para a



e sete países do Mediterrâneo e em seu documento fundacional consta que seu objetivo é promover segurança e a estabilidade regionais e explicar as políticas e metas da OTAN. Seus membros são Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia e sua dinâmica tem estado ligada mais à segurança de Israel diante das instabilidades criadas com a implantação do seu Estado na região. Na mesma linha da OTAN global, em 2004 é lançada a Iniciativa para Cooperação de Istambul, complementando os programas anteriores. Voltada para o Oriente Médio, é composta por Barein, Catar, Kuwait, e Emirados Árabes Unidos.

O mapa abaixo mostra em colorido os países com os quais a OTAN mantém algum tipo de relação¹¹ para expandir a Organização ou aumentar sua presença além do Atlântico Norte.

Mapa 2. A OTAN global



Elaboração: Wikipédia Commons. *Fonte:* Organização do Tratado do Atlântico Norte, 2024a.

A OTAN não realizou operações militares durante Guerra Fria (Rocha e Vinco, 2013). Sua primeira operação robusta foi fora dos seus países membros, em 1992 na Bósnia e Herzegovina. E teve continuação com a

segurança dos Estados Unidos. Embora a Parceria não seja uma adesão à OTAN, ela também não é uma sala de espera permanente. Ela muda todo o diálogo da OTAN, de modo que agora a questão não é mais se a OTAN aceitará novos membros, mas quando e como” (Cruz, 2023, p.1).

¹¹ Rússia e Belarus estão suspensas da Parceria para Paz.



intervenção em Sovo em 1999. Ambas operações foram no contexto da dissolução da antiga Iugoslávia. O território que constituía a Iugoslávia estava marcado por disputas geopolíticas e lutas de independência desde o fim URSS.

O Kosovo era palco de um conflito entre as forças sérvias e albanesas, que reivindicavam a autonomia da região. A OTAN interveio a favor dos albaneses, não pela independência, mas sim para instalar um governo pró-EUA e limitar a zona de influência da Rússia. Em 2001 a Guerra ao Terror declarada pelos EUA resultou na invasão e ocupação do Afeganistão. A justificativa de combate ao terrorismo foi transformada na prática em intervenção em uma região rica em recursos energéticos e uma localização geopolítica importante que permite acessar a Rússia e a China.

Notamos que países-membros da OTAN usaram o Afeganistão de trampolim para derrubar Sadam Hussein no Iraque e pressionar o Irã. Em 2011 a OTAN bombardeou e interveio militarmente na Líbia em meio às rebeliões conhecidas como Primavera Árabe. Muammar Kadafi, presidente da Líbia por 42 anos, que mantinha boas relações com a URSS, foi derrubado. Além da participação militar da OTAN, países ocidentais financiaram os grupos rebeldes contra o governo avesso ao Ocidente. Recordamos do papel geopolítico do país no Mediterrâneo, com grandes reservas de petróleo e gás e localização estratégica na passagem de refugiados que vêm da África subsaariana.

Considerações finais

Mais do que uma aliança militar, que teria um caráter menos coeso e mais momentâneo, a OTAN foi criada e é atualmente uma organização internacional político-militar, com uma institucionalidade robusta, com objetivos definidos e vinculada ao capitalismo ocidental, o que lhe confere longevidade. Dessa forma, demonstramos o caráter expansionista da Organização: seu tratado fundador prevê a expansão de valores liberais; seus conceitos estratégicos e suas reuniões de cúpula reiteram em seus documentos resolutivos a necessidade de expansão, o que é transformada em medida concreta com a expansão geopolítica para o Leste Europeu; suas parcerias se estendem para dezenas de países, muitos não situados na região do Atlântico Norte; e a intervenção militar na Iugoslávia derrotou o



país, de modo que sua dissolução gerou novos Estados incorporados pela OTAN.

Portanto, Putin não fez a OTAN renascer; ela tem em sua natureza (path dependence) o caráter expansionista, em seus vários aspectos apontados nas seções anteriores, que chegou às fronteiras da Rússia. A OTAN não tolera não alinhamentos. Não tolerou o socialismo iugoslavo, não tolerou a autonomia e/ou nacionalismo afegão e líbio e não tolera a inserção internacional russa desvinculada do Ocidente, muito menos a projeção de poder chinesa. A guerra na Ucrânia é mais um capítulo dessa expansão, mas agora a OTAN encontrou um adversário capaz de medir forças e até catalisar a destruição dessa ordem mundial hegemônica pelos EUA.

Referências

- BERTAZZO, Juliana. Atuação da OTAN no Pós-Guerra Fria: Implicações para a Segurança Internacional e para a ONU. **Contexto Internacional**, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010.
- BRITES, Alessandra. **A política externa soviética e seus impactos nas relações internacionais (1917-1985)**. Dissertação (mestrado em Estudos Estratégicos). Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 91 p. Porto Alegre, 2012.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**. New York: Basic, 1997.
- CRUZ, Sebastião. Escolhas fatídicas 2: a expansão da OTAN. **Observatório Político dos Estados Unidos**. 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/06/29/escolhas-fatidicas-2-expansao-da-otan-iv/>. Acesso em: junho de 2024.
- DEUTCHER, Isaac. Mitos da Guerra Fria. in: HOROWITZ, David. (org.). **Revolução e Repressão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- DOYLE, Michael. Three Pillars of the Liberal Peace. **The American Political Science Review**, vol. 99, no. 3, August, 2005.
- DOYLE, Michael. Kant, liberal legacies and foreign affairs, part 1. **Philosophy & Public Affairs**, vol. 12, n. 3, Summer, 1983a.
- DOYLE, Michael. Kant, liberal legacies and foreign affairs, part 2. **Philosophy & Public Affairs**, vol. 12, n. 4, Autumn, 1983b.
- FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Revista Conjuntura Austral**, v.13, n.64, out./dez., 2022b



- FERRARO, Vicente. The contradictions in Vladimir Putin's "just war" against Ukraine: the myths of NATO's containment, minority protection and denazification. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5486>. Acesso em junho de 2024.
- FERRARO, Vicente. 'Vladimínions' acadêmicos condenam imperialismo americano, mas veem Putin como messias. **Folha de São Paulo**, 2022c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/vladimínions-academicos-condenam-imperialismo-americano-mas-veem-putin-como-messias.shtml>. Acesso em: junho de 2024.
- FERRARO, Vicente. O que está por trás da crise entre a Rússia, Ucrânia e Otan? **Poder 360**, 2022a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/o-que-esta-por-tras-da-criseentre-a-russia-ucrania-e-otan/>. Acesso em junho de 2024.
- GOWAN, Peter. War in the context for a new world order. **Journal of Global Faultlines**. Vol. 1, N. 1, September, 2013.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2013.
- HEMERLY, Giovanna e ZANLORENSSI, Gabriel. Suécia entra na Otan. *Veja o tamanho do bloco na Europa*. **Nexo Jornal**. 26 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/02/26/otan-paises-membros-suecia>. Acesso em: junho de 2024.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos - o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2010.
- KENNAN, George. **American Diplomacy: 1900-1950**. Chicago: The University of Chicago Press, 1951.
- KENNAN, George. The sources of soviet conduct. **Foreign Affairs**, July 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct>. Acesso em: junho de 2024.
- MAZAT, Numa e FRANKLIN, Serrano. A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito. In: ALVES, Gustavo. **O Renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012.



- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Ato de fundação sobre relações mútuas, cooperação e segurança entre a OTAN e a Federação Russa assinado em Paris, França.** Paris: OTAN, 27 de maio de 1997a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25468.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Carta sobre uma parceria distinta entre a OTAN e a Ucrânia.** Madrid: OTAN, 09 de julho de 1997c. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25457.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Comunicado da cúpula de Vilnius.** Vilnius: OTAN, 11 de julho de 2023. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_217320.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Comunicado final.** Paris: OTAN, 1957b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17551.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Conceito estratégico (2022).** Madrid: OTAN, 22 de junho de 2022. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf. Acesso em: junho de 2022.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Cúpulas da OTAN.** 4 de abril de 2024c. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50115.htm#previous. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Declaração de Madrid.** Madrid: OTAN, 08 de julho de 1997b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25460.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Declaração de paz e cooperação.** Roma: OTAN, 1991. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23846.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da OTAN sobre o ataque da Rússia à Ucrânia.** 25 de fevereiro de 2022. Disponível em:



- https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_192489.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Documentos estratégicos da OTAN desde 1949**. 18 de julho de 2022a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Líderes da OTAN**. 2024b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_137930.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O conceito estratégico da aliança** (1999). Washington D.C.: OTAN, 1999. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_27433.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O Grupo de Planejamento Nuclear**. 09 de maio de 2022b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50069.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O que é a OTAN?** 2024a. Disponível em <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html>. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **O Tratado do Atlântico Norte**. Washington D.C.: OTAN, 4 de abril de 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Relatório do Comitê Militar para o Conselho do Atlântico Norte sobre o conceito estratégico geral para a defesa da área da Organização do Tratado do Atlântico Norte**. Paris: OTAN, 1957a. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a570523a.pdf>. Acesso em: junho de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Relatório do Grupo Permanente sobre orientação estratégica**. Paris: OTAN, 9 de dezembro de 1952. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a521209a.pdf>. Acesso em: junho de 2024.



- PANITCH Leo e GINDIN, Sam. As finanças e o império estadunidense. **Socialist Register**: o império reloaded. 2005.
- PANITCH, Leo and GINDIN, Sam. **The making of global capitalism**. London/New York: Verso, 2012.
- PANITCH, Leo y GINDIN, Sam. Capitalismo global e imperio norteamericano. **Socialist Register**: el nuevo desafio imperial, 2004.
- ROCHA, André e VINCO, Jefferson. O estado de guerra global: sobre o papel da OTAN em conflitos internacionais. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, 2013.
- SEGRILLO, Angelo. A expansão da Otan e a Rússia: desvelando uma “unlove story” do pós-Guerra Fria à luz de fontes primárias. **Tempo**, vol. 30, n. 1, 2024.
- WARGAN, Pawel. Nato and the long war on third world. **Monthly Review**. Vol. 74, N. 8, January, 2023. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2023/01/01/nato-and-the-long-war-on-the-third-world/>. Acesso em: junho de 2024.

Recebido em 26 jun. 2024 | aceite em 30 jun. 2024.

